

# MERCOSUL: uma realidade virtual

*Maria do Socorro Japiassú Marinho\**

O objetivo destas notas, escritas com base em algumas informações apresentadas por Schwidrowski, em artigo publicado na Revista da Cepal nº 45, de dezembro de 1991, e nas estatísticas de comércio exterior da economia brasileira, referentes ao destino de nossas exportações a países e blocos econômicos selecionados, elaboradas pela FUNCEX e publicadas na Gazeta Mercantil, nos dias 19 e 21 de outubro de 1991 e 22 e 24 de fevereiro de 1992, é tentar vislumbrar, diante da perspectiva que vem sendo posta internacionalmente pelas experiências de integração regional, até que ponto o MERCOSUL se constitui em **mito** ou em **realidade** para a economia brasileira hoje.

Uma das características que tem servido para diferenciar os esforços de integração regional levados a cabo na CEE e na América Latina através da ALADI é o grau de interdependência econômica alcançado entre as economias envolvidas: enquanto a experiência da CEE revela a existência de um alto grau de interdependência econômica entre as economias da Comunidade, o mesmo não vem podendo ser dito da experiência da ALADI.

Os diferentes graus de interdependência econômica alcançados entre CEE e Grupo dos Sete, por um lado, e ALADI, por outro, podem ser vistos em Schwidrowski, comparando-se o grau de abertura das economias ao Exterior com o grau de abertura intra-regional (Tabela 1).

Segundo as informações constantes na Tabela 1 para o ano de 1989: enquanto na CEE, para um grau de abertura ao Exterior de 47,3% do PIB, o grau de abertura dentro do grupo é de 27,7%, ou seja, quase 60% do comércio exterior é realizado dentro da própria Comunidade, na ALADI, para um grau de abertura ao Exterior de 33% do PIB, o grau de abertura dentro do grupo é de apenas 4% do PIB, isto é, apenas 12% do comércio externo do grupo é realizado internamente.

Da mesma forma, analisando-se as economias individualmente, pode-se observar que mais de 50% do comércio externo de países como França, Itália, Alemanha, Inglaterra e Portugal é realizado dentro da Comunidade, ao passo que, na ALADI, a situação é bem heterogênea; enquanto no México o comércio externo com o grupo é de apenas 3% de seu comércio total, no Brasil e na Argentina esse percentual aumenta para 12% e 28% respectivamente, elevando-se ainda mais para o Paraguai e o Uruguai, cujos percentuais de comércio com o grupo chegam a 39,6% e 42,5% de seu comércio externo total respectivamente.

---

\* Economista do Núcleo MERCOSUL da Secretaria Especial de Governo do Paraná.

Tabela 1

Comércio total e relações comerciais entre o Grupo dos Sete,  
a CEE e a ALADI — 1989

DISCRIMINAÇÃO	COMÉRCIO TOTAL	COMÉRCIO DENTRO DO GRUPO
Grupo dos Sete		
Canadá .....	41,9	35,2
Estados Unidos .....	16,6	8,5
França .....	38,9	18,6
Itália .....	32,3	16,7
Japão .....	17,1	7,6
Reino Unido .....	42,1	20,0
República Federal da Alemanha	50,9	21,5
TOTAL (1) .....	28,4	14,2
Comunidade Econômica Européia		
Bélgica e Luxemburgo .....	122,8	89,2
Dinamarca .....	52,3	27,5
Espanha .....	30,5	18,6
França .....	38,9	25,1
Grécia .....	32,6	29,8
Irlanda .....	117,0	80,7
Itália .....	32,3	18,5
Países Baixos .....	94,8	70,8
Portugal .....	84,5	60,2
Reino Unido .....	42,1	20,3
República Federal da Alemanha	50,9	25,7
TOTAL (1) .....	47,3	27,7
Associação Latino-Americana de Integração		
Argentina .....	25,7	7,1
Bolívia .....	54,3	27,2
Brasil .....	21,2	2,6
Colômbia .....	31,7	4,7
Chile .....	55,0	10,2
Equador .....	48,0	7,8
México .....	37,1	1,1
Paraguai .....	50,7	20,1
Peru .....	36,5	7,5
Uruguai .....	51,8	22,0
Venezuela .....	72,9	5,3
TOTAL (1) .....	33,0	4,0

FORNTE: SCHWIDROWSKI, Arnin. Coordinación de políticas macroeconómicas e integración. *Revista da Cepal*, (45), dic.

NOTA: Percentagens do PIB de 1989.

(1) Média ponderada.

Observando-se os mesmos indicadores, dinamicamente, pode-se constatar que, para a CEE, ao longo dos anos, ao lado da crescente participação do setor externo para a economia, se amplia a importância do comércio intra-regional em detrimento do comércio extra-regional; para a ALADI, não só a importância do setor externo para a economia tem se mantido nos mesmos patamares de 20 anos atrás, como não tem se ampliado o comércio intra-regional (Gráficos 1 e 2).

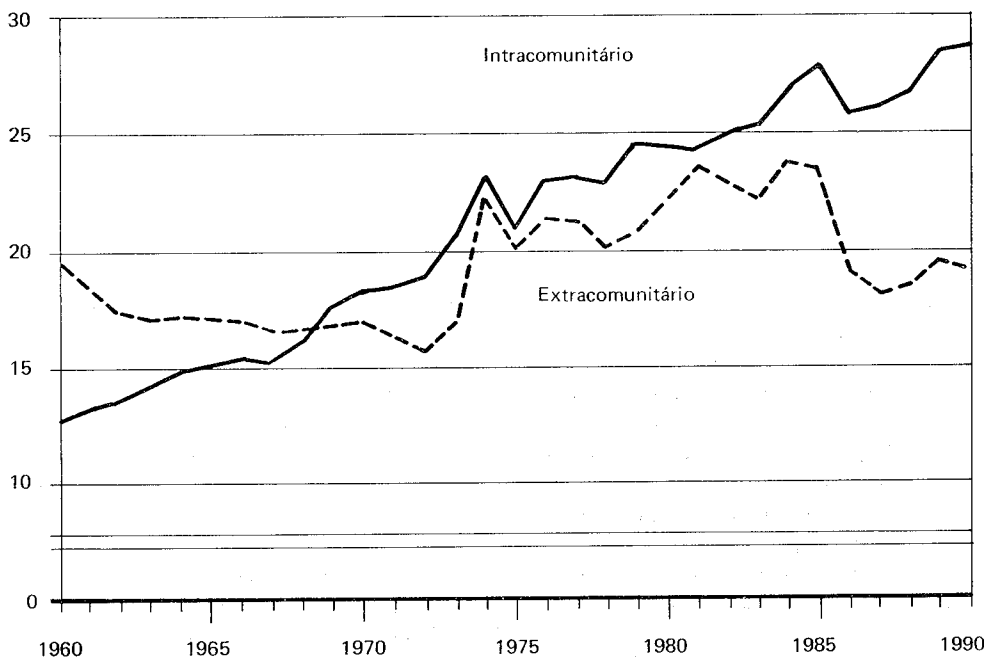
Schwidrowski, preocupado com o efeito das políticas macroeconômicas sobre os processos de integração, avalia que a experiência de integração econômica do Grupo dos Sete e da Comunidade Econômica Européia:

"(...) confirma a tese de que um alto grau de integração econômica e interdependência gera um 'círculo virtuoso' entre a integração e a harmonização das políticas macroeconômicas; ao passo que um baixo grau de interdependência, como o registrado na ALADI, poderia traduzir-se em um 'círculo vicioso' em que o baixo grau de integração obstaculiza a harmonização macroeconômica e vice-versa (tradução da autora)" (Schwidrowski, 1991, p.90).

## GRÁFICO 1

### COMÉRCIO INTRACOMUNITÁRIO E EXTRACOMUNITÁRIO DA CEE — 1960-1990

(porcentagem do PIB)

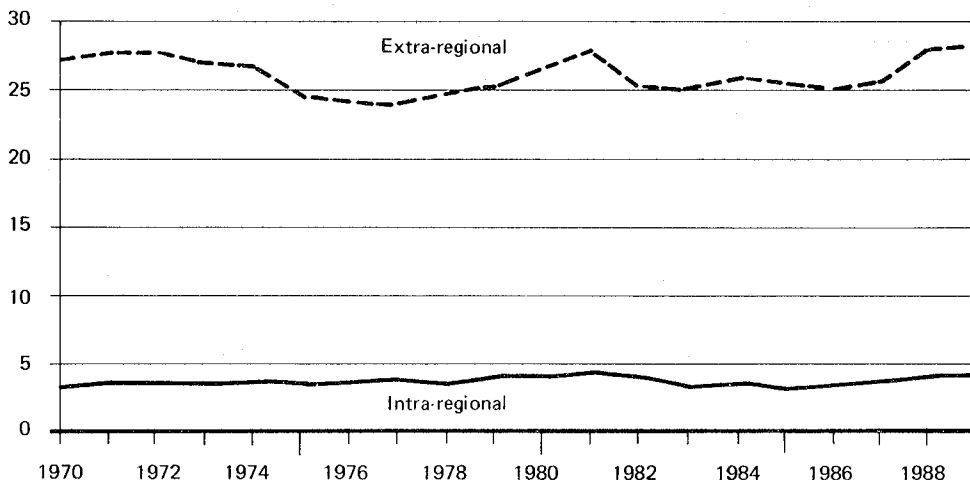


FONTE: SCHWIDROWSKI, Armin (1991). Coordinación de políticas macroeconómicas e integración. *Revista de la Cepal*, (45), dic.

## GRÁFICO 2

### COMÉRCIO INTRA-REGIONAL E EXTRA-REGIONAL DA ALADI — 1970-1988

(percentagem do PIB)



FONTE: SCHWIDROWSKI, Armin (1991). Coordinación de políticas macroeconómicas e integración. *Revista de la Cepal*, (45), dic.

Sem entrar no mérito da importância da harmonização das políticas macroeconômicas para o sucesso das experiências de integração regional, cabe agora avaliar em que medida informações recentes de comércio exterior, referentes ao destino das exportações brasileiras, permitem vislumbrar um quadro de maior interdependência econômica com os países da ALADI e com os países do MERCOSUL em especial.

Com base em informações elaboradas pela FUNCEX e publicadas na *Gazeta Mercantil*, pode-se constatar que, ao longo da década de 80, os EUA e a CEE responderam, conjuntamente, por 50%, em média, do destino de nossas exportações. Depois, em ordem decrescente, viriam os "demais países", seguidos da ALADI, e, por fim, do Japão (Tabela 2).

Naturalmente, esse comportamento não foi estável ao longo dos anos, revelando, antes de tudo, uma dinâmica atrelada ao desempenho da atividade econômica dos países compradores, a suas políticas protecionistas, às flutuações do câmbio e, em especial, à própria competitividade dos produtos brasileiros no Exterior.

Todavia, ao longo dos anos 80, as estatísticas apontam uma perda de importância do mercado americano frente à CEE e ao Japão, em especial de 1988 em diante, ao passo que, nos últimos dois anos, chama atenção a expansão das exportações à ALADI.

Tabela 2

## Exportações brasileiras para blocos econômicos selecionados — 1979-91

(% )

ANOS	EUA	JAPÃO	CEE	ALADI	DEMAIS PAÍSES	TOTAL
1979	19,3	5,8	29,6	16,2	29,1	100,0
1980	17,4	6,1	26,6	17,2	32,7	100,0
1981	17,7	5,2	25,5	18,1	33,6	100,0
1982	20,0	6,4	27,0	14,2	32,4	100,0
1983	23,1	6,5	26,0	9,4	35,0	100,0
1984	28,5	5,6	22,8	10,5	32,6	100,0
1985	27,1	5,5	24,3	8,7	34,4	100,0
1986	28,2	6,8	26,3	11,3	27,5	100,0
1987	27,9	6,4	26,5	11,3	27,9	100,0
1988	26,7	6,9	28,7	11,0	26,7	100,0
1989	24,3	7,1	30,6	10,2	27,9	100,0
1990	24,6	7,5	31,4	10,1	26,4	100,0
1991	19,8	8,1	30,9	15,5	25,7	100,0

FONTE: Gazeta Mercantil (19/21.10.91; 22/24.2.92). São Paulo.

O mercado americano, que em 1990 absorvia 24,6% de nossas exportações, reduziu-se, em 1991, a 19,8% desse total, um corte de 18,6% que está associado, em grande parte, à recessão americana no período (Tabelas 2 e 3).

Por outro lado, a ALADI absorveu em 1991 15,5 das exportações brasileiras, contra 10,1% em 1990. Essa expansão das exportações, da ordem de 54,02% no período, devolveu à ALADI a importância desse mercado para as exportações brasileiras nos moldes do ocorrido no início dos anos 80 (Tabelas 2 e 3).

No que diz respeito às exportações brasileiras aos países do MERCOSUL especificamente, pode-se constatar que a magnitude do crescimento das exportações brasileiras a esse mercado, nos últimos dois anos, foi da ordem de 74,46%, sendo que as exportações à Argentina, as maiores responsáveis por esse crescimento, aumentaram 128,74%. Tal expansão desloca a Argentina da décima para a quinta posição de maior comprador individual das exportações brasileiras, desbancando países como Itália, Bélgica e Luxemburgo, Reino Unido, França e Espanha (Tabela 3).

Antes de se fazer qualquer conjectura mais favorável ao MERCOSUL para a economia brasileira, convém atentar para alguns aspectos: é claro que o sucesso alcançado com a ampliação das exportações à Argentina está relacionado às preferências estabelecidas pelo Acordo de Complementação Econômica 14 (ACE 14), antecedente do MERCOSUL. Porém não se pode subestimar a importância de outros fatores, como a recuperação da economia Argentina a partir do Plano Cavallo; a sua política cambial, que, tornando o câmbio sobrevalorizado — câmbio fixo com inflação

em dólar —, favoreceu as compras no Brasil; assim como não se pode subestimar o papel representado pela recessão brasileira no período, que, estreitando as possibilidades de venda no mercado interno, trabalhou a favor da integração regional.

Para finalizar, conclui-se que, a despeito de as informações constantes no presente trabalho atestarem, ao longo dos anos 80, no caso específico da experiência de integração regional da ALADI, uma certa estabilidade no grau de abertura ao Exterior e uma baixa interdependência econômica entre os países envolvidos, se vislumbra, a partir das informações recentes de comércio exterior da economia brasileira, principal economia da ALADI, uma mudança de rumo.

A ALADI retoma o espaço ocupado no destino das exportações brasileiras no início dos anos 80, ao mesmo tempo em que o MERCOSUL se coloca como uma realidade virtual — as exportações brasileiras ao MERCOSUL representam quase 50% das exportações brasileiras à ALADI —, porquanto o seu espaço irá sendo devidamente construído na medida em que não se tome conflitivo com as transformações impostas à economia brasileira pelo contexto de maior abertura ao Exterior e de maior liberalização da economia.

Tabela 3

Exportações brasileiras segundo os principais países e zonas econômicas — 1990-91

PAÍSES E ZONAS ECONÔMICAS	1990 (US\$ 1.000 FOB)	%	1991 (US\$ 1.000 FOB)	%	TAXAS DE CRESCIMENTO
Estados Unidos (1) ...	7 718 426	24,57	6 248 608	19,87	-18,58
Canadá .....	521 574	1,66	464 211	1,47	-11,00
CEE .....	9 870 062	31,42	9 773 268	30,89	-0,98
República Federal da Alemanha .....	1 788 181	5,69	2 101 992	6,64	17,55
Bélgica e Luxemburgo .....	979 162	3,12	1 083 591	3,43	10,67
Espanha .....	704 564	2,24	705 915	2,23	0,19
França .....	902 321	2,87	862 860	2,73	-4,37
Itália .....	1 614 904	5,14	1 347 530	4,26	-16,56
Países Baixos .....	2 494 080	7,94	2 135 345	6,75	-14,38
Reino Unido .....	945 270	3,01	1 056 249	3,34	11,74
Demais países .....	441 580	1,41	479 786	1,52	8,65
ALADI .....	3 193 685	10,17	4 918 974	15,55	54,02
MERCOSUL .....	1 320 245	4,20	2 303 362	7,28	74,46
Argentina .....	645 140	2,05	1 475 682	4,66	128,74
Paraguai .....	380 484	1,21	491 212	1,55	29,10
Uruguai .....	294 621	0,94	336 468	1,06	14,20
Chile .....	483 671	1,54	671 777	2,12	38,89
México .....	505 363	1,61	750 230	2,37	48,45
Demais países .....	1 873 440	5,96	2 615 612	8,27	39,62
Ásia (exclusivo Orien- te Médio) .....	5 267 300	16,77	5 698 854	18,01	8,19
Japão .....	2 348 517	7,48	2 567 793	8,12	9,34
China .....	381 804	1,22	227 540	0,72	-40,40
República da Coreia .....	543 125	1,73	672 125	2,12	23,75
Formosa .....	431 527	1,37	608 366	1,92	40,98
Hong Kong .....	271 135	0,86	275 983	0,87	1,79
Demais países .....	1 291 192	4,11	1 347 047	4,26	4,33
Demais países (2) .....	4 842 709	15,42	4 496 445	14,21	-7,15
TOTAL .....	31 413 756	100,00	31 636 360	100,00	0,71

FONTE: Gazeta Mercantil (22/24.2.92). São Paulo.

(1) Inclusive Porto Rico. (2) Inclusive provisão de navios e aeronaves e não declarados.

## **Bibliografia**

- BITTENCOURT, Ângela (1992). Expectativa com medidas que alimentam negócios e cortem dependências do país. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 22/24 fev.
- BITTENCOURT, Ângela (1991). Saldo positivo com operação financeira. **Gazeta Mercantil**, São Paulo. 19/21 out.
- SCHWIDROWSKI, Arnin (1991). Coordinación de políticas macroeconómicas e integración. **Revista da Cepal**, Santiago do Chile, 45, dic.